

**Jucieldo Ferreira Alexandre**

*Professor Assistente I do curso de História da Universidade Federal do Cariri (UFCA), na unidade acadêmica do Instituto de Estudos do Semiárido (IESA), Campus Icó. Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba.*

## **UMA “CARNIFICINA ELEITORAL: DISPUTAS POLÍTICAS NO CRATO E ELEIÇÕES EM MEADOS DO SÉCULO XIX**

### **Resumo**

---

No ano de 1856, durante uma eleição realizada na Igreja de Nossa Senhora da Penha da cidade do Crato, um eleitor do Partido Liberal, José Gonçalves Landim, foi assassinado por forças policiais. Este artigo parte desse assassinato para analisar a cultura política do Crato, especialmente dos segmentos sociais ditos liberais, e sua relação com o modo de se fazer política característico do período imperial brasileiro em meados do século XIX.

**Palavras-chave:** Cidade do Crato; Partido Liberal; Eleições imperiais; cultura política.

---

### **Abstract**

---

In the year 1856, during an election held in Nossa Senhora da Penha Church in Crato - Ceará, a Liberal voter, José Gonçalves Landim, was killed by police. This article analyzes, from that murder, the political culture of Crato, especially the so-called liberal social segments, and its relation to the way of doing politics characteristic of the Brazilian imperial period in the mid-nineteenth century.

**Keywords:** Crato; Liberal Party; Imperial Elections; Political Culture.

## I – Liberais do Cariri: entre a idealização do passado e os planos de futuro

O Crato vae em grande progresso, e tem proporções para ser um dos pontos mais ricos e importantes do Brasil, e estaria hoje mais prospero a não serem as convulsões políticas por que tem passado (BRASIL, 1997, p. 111)<sup>1</sup>.

Thomaz Pompeu de Souza Brasil, influente sacerdote e político cearense do século XIX, teceu o comentário transcrito acima em seu *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, obra encomendada pelo governo provincial, na década de 1850. Após ter dedicado algumas páginas à descrição dos recursos naturais, limites geográficos, jurisdição, dados demográficos, econômicos, entre outros, referentes à cidade do Crato, o intelectual afirma que a prosperidade desta poderia ser maior se não fosse os diversos conflitos que marcaram sua história desde meados do século XVIII e, especialmente, a partir de 1817, quando apoiou a revolta pernambucana:

Desde esse tempo o Crato ficou em agitação – A independencia no Icó, as marchas para Caxias, no Maranhão, as repetidas marchas de 1824, a republica do Equador, a contra-revolução, a revolta prolongada de Pinto Madeira, desde 1831 até 1833, a marcha para Icó em 1840, em 1842 o começo da rebellião no Exú, em 1845 apparição dos penitentes (especie de flagelantes da idade-media), em 1847 graves desordens com o apparecimento de uma numerosa quadrilha de ladrões, em forma de seita com o nome de Serenos, finalmente a carnificina eleitoral na matriz em setembro de 1856, são factos que attestam a ebulição constante desse povo, e que devem ter concorrido grandemente para retardar a prosperidade do logar (BRASIL, 1997, p. 111).

Subtende-se que para o autor era necessário conter a *ebulição* política da localidade, esquecendo o passado de conflitos e violência em nome da promessa de um futuro de *prosperidade*. Um olhar direcionado ao passado político do lugar estava presente, também, entre os cratenses membros do Partido Liberal - do qual Thomaz Pompeu era líder na província -, formado basicamente por profissionais liberais e negociantes que emergiam politicamente em meados do século XIX, quando transformações econômicas, políticas e sociais, ocorridas no Crato, concorreram para seu fortalecimento enquanto espaço de liderança regional<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Optei por manter a escrita original de todas as fontes citadas nesse artigo.

<sup>2</sup> A historiografia caririense destaca algumas dessas transformações ocorridas entre as décadas de 1850 e 1860 no Crato: a sua elevação à cidade (1853); o crescimento populacional considerável que ocorria; o aumento da produção e exportação de rapadura – principal produto agrícola do município – para as províncias circunvizinhas; a fixação na cidade de comerciantes abastados, que potencializaram as atividades mercantis do lugar; a imigração de profissionais liberais, coletores, advogados e jornalistas, que fundaram o jornal *O Araripe*, porta voz do partido liberal no sul do Ceará; o surgimento de escolas públicas e particulares. Por essa época, seu

Contudo, se alguns dos conflitos listados acima por Thomaz Pompeu eram descritos como exemplos de barbárie, ignorância e conservadorismo, outros eram exaltados pelos liberais como exemplos de patriotismo, tais como a participação na insurreição de 1817, na Confederação do Equador (1824) e na atuação contra Pinto Madeira (1831).<sup>3</sup> Para os liberais de meados do XIX, a participação dos cratenses em tais movimentos era prova de que os princípios liberais que afirmavam defender já caracterizavam há muito a localidade. Nestes termos, julgavam representar a continuidade de um projeto político que expunham como um caminho para a *civilização*, projeto esse iniciado por *heróis* do passado.

Não por acaso, o jornal cratense *O Araripe*, porta-voz do Partido Liberal, publicou em fins da década de 1850 uma série de textos intitulada *Apontamentos para a história do Cariri* – escrita por João Brígido dos Santos, posteriormente reproduzida em periódicos de Fortaleza e Recife e, por fim, na forma de livro, em 1888. O autor afirmava que ao produzir a obra estava guiado pelo “designio de representar, em um quadro fiel, os acontecimentos do Cariri, tão dignos de um profundo estudo” (BRIGIDO, 1888, p. 1).

Na história escrita por Brígido, o Crato surge como espaço central do Cariri e a ação de determinados personagens da primeira metade do XIX, tais como Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves, entre outros, é representada sob a ênfase dos valores patrióticos, liberais e altruístas dos mesmos (CORTEZ, 2000). A descrição de humilhações e torturas sofridas por tais sujeitos, após a derrota da conjuração, acabava por construir também uma imagem de martírio, de sacrifício por uma causa maior: a independência política do Brasil.

Acredito que tais representações são indícios da *cultura política* desse segmento da elite cratense, conceito apreendido aqui como “um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar” (GOMES, 2007, p. 47).

O conceito de cultura política foi de início concebido por dois cientistas políticos americanos, da década de 1960, Gabriel Almond e Sidney Verba. Conceito multidisciplinar, inspirado em perspectivas antropológicas, sociológicas e psicológicas, foi ao longo das últimas décadas sendo aprimorado a partir de críticas feitas por segmentos das ciências

---

centro urbano também se modificava, com a construção de cemitério, mercado público, alguns sobrados, etc. Ver: DELLA CAVA, 1976 e FIGUEIREDO FILHO & PINHEIRO, 1953.

<sup>3</sup> Após a abdicação de Dom Pedro I, no ano de 1831, e até fins da década de 1840, uma série de revoltas estouraram pelo país, de Norte a Sul (CARVALHO, 2007: 250). No Cariri cearense rebentou um conflito entre as vilas de Crato e Jardim, que se estendeu de 1831 até o ano seguinte. Indício da complexa conjuntura regencial, especialmente da polêmica centralização/descentralização, o conflito no Ceará opôs liberais aos adeptos da restauração, esses últimos liderados pelo Cel. Pinto Madeira, líder político de Jardim. Ao final do confronto, os liberais saíram vitoriosos e, no ano de 1834, Pinto Madeira foi condenado, em um julgamento cercado por polêmicas jurídicas, e fuzilado no Crato.

sociais, que percebiam nas formulações primeiras um etapismo simplista que não enxergava a complexidade das relações entre a política e a cultura (KUSCHNIR et CARNEIRO: 1999).

A partir dos anos 1990, o conceito foi apropriado pela historiografia, notadamente pela chamada “Nova História Política”, e pelas histórias Cultural e Social. A utilização de tal base conceitual tem rendido pertinentes estudos historiográficos que, segundo Ângela de Castro Gomes, almejam interpretar o comportamento político dos “atores sociais, individuais e coletivos”, privilegiando suas percepções, vivências, sensibilidades, pontos de vistas (2007, p. 47).

A autora destaca, ainda, o fato de que no processo de confecção de uma cultura política é comum que haja uma “leitura do passado” que “conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos e textos referenciais”, o que significa afirmar a existência de um encadeamento entre “cultura política” e “cultura histórica” (GOMES, 2005, p. 32-33). A maneira pela qual o envolvimento de cratenses em conflitos políticos da primeira metade do século XIX foi representado pelos atores sociais tratados nesse artigo é um bom exemplo dessa vinculação: a identidade do grupo político em questão estava ancorada em uma idealização do passado.

Se a base de sua identidade era o passado, quais eram os planos que os liberais construía no presente e suas perspectivas para o futuro? Um ambicioso projeto dos liberais cratenses – que não chegou a ser concretizado – ajuda a responder essa pergunta: sua reivindicação em prol da instituição de uma nova província, que se chamaria Cariri Novo, congregando os territórios do sul cearense, mais trechos da Paraíba, Pernambuco e Piauí. A ideia não era original<sup>4</sup>. A inspiração vinha de um projeto de fins da década de 1830, encetado pelo Senador José Martiniano de Alencar, que em sua juventude fora um dos líderes do movimento de 1817 no Cariri. O projeto foi retomado, principalmente, a partir de 1855 quando foi fundado o jornal *O Araripe*, que advogava pela causa, editado pelo já citado João Brígido, advogado, mestre-escola e proeminente liberal que habitava no Crato. No cabeçalho de cada um dos seus números, tal jornal apresentava seu programa editorial com o elucidativo dístico: “O Araripe é destinado a sustentar as idéas livres, proteger a causa da justiça e prepugnar pela fiel observancia da lei e interesses locais”.

Segundo a historiadora Otonite Cortez, para a intelectualidade liberal da época a “conquista da civilização seria garantida por uma divisão político-administrativa, posto que isso garantiria à região a extensão dos benefícios que poderiam advir do fato de o Cariri

---

<sup>4</sup> Ver: “Província dos Cariris-Novos – representação da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará ao Senado e Câmara dos Deputados”. In. Revista do Instituto do Ceará. Tomo VI. Fortaleza, 1892.

tornar-se uma província e o Crato, um dos centros administrativos do Império” (2000, p. 27).

Na apreciação dos liberais, o que explicava o não desenvolvimento da localidade e de outros pontos do interior do país era a falta de *administração*, de um aparato institucional tal qual o presente nas capitais, esses “fócos de civilização das províncias”, para onde afluía a “parte mais inteligente e bem educada da população de cada uma, que amiúde comunicada, transmite suas bases, seus costumes e seus modos urbanos ao habitante inculto, que vae do interior” (Jornal *O Araripe*, Crato, 07 jul. 1855, p.1). Outro aspecto central era a opinião de que a descentralização da administração provincial acabaria com a remessa de impostos do Cariri para Fortaleza, o que certamente agradava aos negociantes.

Além dos ganhos econômicos, a província e a capital que arquitetavam disseminaria pelo interior os bons costumes e a urbanidade, o que tal grupo definia como *civilização*. Com a nova província, a configuração política da região também se transformaria, com a atuação firme de um governo que disciplinaria os desmandos da dominação pessoal, tão em voga entre parte dos segmentos abastados:

Com a civilização virá a extinção do crime, o retoque de nossos costumes; e a terminação dessa chronica negra [...] A acção do governo é frouxa, morosa sobre os longinquos pontos nas provinciais: Da distancia se socorrem os malfazejos, e é da distancia que se socorre a autoridade iniqua, para prosterger a lei, perseguir o inimigo innocente, e deixar impune o assassino perigoso (Jornal *O Araripe*, Crato, 07 jul. 1855).

A contenção da violência era, portanto, considerada central nesse projeto político. Mas, em que se assentava tal preocupação? Malgrado os preconceitos inerentes a um *estrangeiro* diante dos *outros*, um relato feito por George Gardner, viajante escocês que visitou Crato em 1838, traz indícios sobre tal questão:

Os habitantes desta parte da província, geralmente conhecidos de cariris, são famigerados no país por sua rebeldia às leis. Aqui foi, e até certo ponto ainda é, embora em menor extensão um esconderijo de assassinos e vagabundos de toda a espécie vindos de todos os cantos do país. Embora haja um juiz de paz, um juiz de direito e outros representantes da lei, seu poder é muito limitado e, ainda assim, quando o exercem, correm o risco de tombar sob a faca do assassino (GARDNER, 1975, p. 93-94).

Os indivíduos tão duramente descritos por Gardner eram conhecidos na região pela alcunha *cabra*, o que revela sua origem mestiça. Ao contrário de outros lugares do Brasil, o trabalho escravo tinha pouca presença na região do Cariri<sup>5</sup>. Segundo Ralph Della Cava, a

<sup>5</sup> No início da década de 1860, a população total do município do Crato era calculada em 19.575 pessoas, dividida entre 18.184 livres e 1.391 escravos, (BRASIL, 1864, p. 297). Tais números corroboram a tese de que a maior parte do trabalho braçal naquela época era de homens livres pobres

mão-de-obra era composta basicamente por homens “nominalmente livres, sendo que, do ponto de vista racial, eram quase sempre mestiços e não de origem africana” (1976, p. 32). Acrescenta ainda que viviam “no limite mais baixo da subsistência e eram, de fato, permanentemente ligados à terra” dos donos de engenho de rapadura, daí por que eram conhecidos como *agregados*.

Suas tarefas não se resumiam à lida na terra. “Em tempos de rivalidade entre os proprietários de terra, aos trabalhadores da fazenda eram entregues armas para que defendessem com lealdade os interesses de seus patrões” (DELLA CAVA, 1976, p. 32). Dessa forma, muitos acertos de contas eram perpetrados por tais sujeitos a mando dos ricos mandatários. Na visão dos liberais cratenses, a distância do aparato repressor estatal e a fraqueza da justiça acabavam por deixar impunes tais crimes e desmandos, gerando desordens, daí por que queriam tais instituições para junto de si.

Mas nem só os mandatários locais cometiam crimes. Algumas vezes esses partiam das próprias pessoas que deviam combatê-los. Aqui se faz necessário o relato de um episódio, classificado como *carnificina eleitoral* pelo já citado Thomas Pompeu.

## II – Uma carnificina eleitoral

Era 08 de setembro de 1856. A cidade do Crato realizava eleições para os cargos de juiz de paz e para membros da Câmara Municipal. Em disputa, os dois partidos imperiais: o Partido Conservador, então no poder no Ceará, versus o Partido Liberal.

Foi um ano de pleitos eleitorais tumultuados em toda a província cearense. Em relatório apresentado à Assembléia Provincial, Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, terceiro vice-presidente do Ceará, definiu tais eleições como “um quadro sanguinolento, que não pode deixar de ter magoado profundamente o coração de todos os Cearenses, cuja índole boa e pacífica não é, nem podia ser desconhecida em todo o Império”<sup>6</sup>.

Um texto do Barão de Studart traz informações mais detalhadas sobre tal quadro, ao informar que em “S. Anna, recusando a respectiva mesa receber a cédula de um indivíduo, não qualificado, o povo apoderou-se da urna e papeis, resultando desse conflicto uma morte e muitos feridos” (STUDART, 1997, p. 156). Também houve transtornos na cidade de Sobral, resultando na morte por “punhal de quatro liberais e mais cinquenta ferimentos em pessoas de ambos os partidos” (BRÍGIDO apud FIGUEIREDO FILHO, 1966, p. 138).

---

<sup>6</sup> Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinária de 1857, o Excellentíssimo Senhor Coronel Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, 3º vice-presidente da mesma província. Ceará: Typographia Cearense, 1857, p. 3. <<http://www.crl.edu/content.asp?11=4&12=18&13=33>>.

Já na vila de Imperatriz (hoje Itapipoca), “deu-se outro conflicto de que resultaram o ferimento e espancamento de muitas pessoas e a morte de um votante por um soldado” (STUDART, 1896, p. 156). Um documento oficial certificava que pelo território provincial oito mortes “e muitos ferimentos foram o resultado dessas luctas desgraçadas, que tanto depõem contra os nossos interesses e civilização”<sup>7</sup>.

A eleição no Crato deu-se na Matriz de Nossa Senhora da Penha, como tradicionalmente acontecia, tendo em vista a ligação institucional então existente entre Estado e Igreja. Como nas outras localidades da província citadas acima, os embates entre os dois partidos terminaram em sangue: pelas três horas da tarde, o eleitor do partido liberal, José Gonçalves Landim, de vinte sete anos, “foi assassinado pelos soldados do Governo com huns tiros de granadeiro e de quatro baionetadas”, como registrou indignado o pároco do Crato, em seu livros de registro de óbitos<sup>8</sup>. Além disso, outras pessoas saíram feridas no confronto. A frente da celeuma toda, segundo o jornal liberal *O Araripe*, estava o delegado da cidade, José Ferreira de Meneses, que pertencia ao Partido Conservador, acusado de mandar atirar nos liberais que se encontravam dentro da igreja.

O episódio repercutiu por toda a província. As acusações em torno de uma autoridade no delito, ocasionando a revolta dos liberais e o descontentamento do clero local – como fica claro no registro de óbito citado acima, no qual o pároco Manuel Joaquim Aires do Nascimento acusa literalmente os *soldados do Governo* pela morte ocorrida – forçou Francisco Xavier Paes Barreto, na ocasião, Presidente do Ceará, a enviar seu primeiro vice-presidente e chefe de polícia, Herculano Antônio Pereira da Cunha, para promover um inquérito no Crato.

Neste ínterim, o pároco relatou o considerado funesto acontecimento ao visitador da província, cônego Antônio Pinto de Mendonça, que aprovou uma interdição eclesiástica da matriz, com vistas a uma purificação do templo violado (FIGUEIREDO FILHO, 1968, p. 53). Já o vigário forâneo Thomas Pompeu de Sousa Brazil foi mais enérgico: excomungou o delegado mais dois membros da tropa envolvidos com o caso. É pertinente destacar que o padre Thomas Pompeu – posteriormente Senador Pompeu, o mesmo que abriu esse artigo com citações sobre o estado de agitação política do Crato – era já naquela época o principal líder do Partido Liberal na Província do Ceará, o que indubitavelmente ajuda na compreensão de sua atitude ao punir os envolvidos no que julgou uma *carnificina eleitoral*.

---

<sup>7</sup> Relatório com que o Excellentissimo Senhor Doutor Francisco Xavier Paes Barreto passou a administração da provincia ao terceiro vice-presedente da mesma, o Excellentissimo Senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães. Em 23 de março de 1857. Ceará: Typographia Cearense. Impresso por Joaquim José d’Oliveira. 1857, p. 3.

<sup>8</sup> Registro feito pelo Pároco Manuel Joaquim Aires do Nascimento no Livro de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha (1853-1859). Folha 162, verso. Acervo do Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo (DHDPG).

Malgrado a instituição do inquérito policial e toda a agitação social em torno do evento, não houve condenações ou punições sérias. O delegado José Ferreira de Meneses, responsável pelo crime, apenas foi transferido da cidade. O chefe da polícia, responsável pela perquirição foi então apontado pelos opositores liberais de proceder de “maneira negligente no caso, movido apenas pelo lado de sua corrente partidária, não pronunciando criminalmente os verdadeiros autores da morte do inditoso eleitor” (FIGUEIREDO FILHO, 1966, p. 137-138). Poucos tempo depois, o chefe de polícia seria substituído, o que demonstra o relativo peso das críticas da oposição.

Não obstante, para as autoridades conservadoras tudo estava resolvido, como se pode notar no discurso do vice-presidente do Ceará, Joaquim Mendes da Cruz Guimarães: “Os fautores das desordens do Crato na sua maior parte já responderão ao jury, que alli se reuniu no mez de abril ultimo. Todos elles forão absolvidos sem distincção de cores políticas”<sup>9</sup>. O mesmo documento acrescentava ainda que não era oportuno entrar na discussão “das causas moraes” do evento: “Elas estão no dominio publico, e um dia a historia ha de registra-las em suas paginas com a devida imparcialidade”. Esconjurando para longe de mim o papel de “historiador neutro” idealizado no discurso de tal autoridade, farei algumas considerações sobre tal episódio.

Até agora falei em cultura política no singular, pois tratava de um grupo social e de um contexto específico (os liberais de Crato, em meados do XIX). Todavia, a historiografia demonstra que nas sociedades não há monismo, e sim uma pluralidade de “culturas políticas”, com similaridades e diferenças que dialogam ou competem entre si (GOMES, 2007, p. 48). Em determinadas conjunturas específicas “sua multiplicidade não impediria, contudo, a possibilidade de emergência de uma cultura política dominante” (GOMES, 2007, p. 48). Assim sendo, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, a eleição conflituosa narrada, não foi um caso isolado ou excepcional. É que o demonstrarei a seguir.

### **III – Um breve olhar sobre as eleições no Império**

A historiografia brasileira vem demonstrando que a violência era uma constante nas eleições do império, sinal de uma cultura política mais ampla, onde o partido que estava no governo (fosse conservador ou liberal) não prescindia da vitória nas urnas, reflexo do sistema político engendrado no século XIX.

Segundo José Murilo de Carvalho, inexistiam partidos políticos no Brasil antes de

---

<sup>9</sup> Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial do Ceará..., p. 3.

1837 (2007, p. 204). Para o autor, as organizações do período pré-independência eram caracterizadas pelo modelo sociedade secreta, e após a abdicação de Pedro I, quando se formaram sociedades mais abertas, essas foram essencialmente conjunturais, dissolvendo-se com a morte do ex-imperador e com o reajustamento institucional promovido pelo Ato Adicional de 1834, marco do projeto de descentralização empreendido na Regência. Pode-se concluir que o que definia a composição de tais agrupamentos eram os sentimentos de pertença a determinados grupos (famílias, por exemplo), faltando uma organização partidária com estruturas mais delineadas.

A infinidade de revoltas que marcou o período regencial tornou patente para as diversas facções das elites regionais o risco da descentralização política. Com ela, as rebeliões, que eram basicamente urbanas, se descentraram, deslocando-se “para o interior, para as áreas rurais, e aí remexeu nas camadas profundas da fábrica social do país e revelou perigos muito mais graves para a ordem pública e para a sobrevivência do País” (Idem, p. 252). O temor de que grupos populares e marginalizados – especialmente escravos – promovessem motins resultou em uma opção de *regresso* à centralização: “Por todo o Brasil, as elites locais começaram a temer mais a desordem que o poder central” (GRAHAM, 1997, p. 77).

Coube aos políticos cafeicultores fluminenses – junto a seus burocratas – a tarefa de convencer os outros proprietários sobre as vantagens do centralismo monárquico, representado por aqueles como solução para a manutenção da *ordem* no campo e nas cidades e como “árbitro confiável para as divergências entre os grupos dominantes” (CARVALHO, 2007, p. 255). Foi neste contexto de fins da década de 1830 que se estruturaram os dois grandes partidos do império. Grosso modo, os que estavam sintonizados com as propostas de reformulação das leis descentralizadoras agruparam-se no Partido Conservador e o Partido Liberal se compôs a partir da coalizão advogada daquelas leis (CARVALHO, 2007, p. 204).

No ano de 1840 sobe ao trono o imperador Pedro II, com quinze anos de idade. Por mais estranho que possa parecer à primeira vista, o projeto de antecipação da coroação em três anos foi encabeçado pelo Partido Liberal, congregado no Clube da Maioridade, recebendo logo pleno apoio do governo regencial: “era a instabilidade da ordem política e a inquietação diante das várias rebeliões que levavam a se enterrarem o regime [regencial] antes de sua morte” (SCHWARCZ, 1998, p. 68). Destarte, como demonstra Richard Graham:

As instituições políticas brasileiras, [...], resultaram da necessidade percebida pelos homens de posses de um sistema em que pudessem resolver suas diferenças sem solapar a ordem. Decidiram, conscientemente, elaborar um sistema político centralizado e estável (1997, p. 82).

Regressava ao domínio do governo central poderes perdidos com o Ato Adicional e com o Código de Processo Criminal, que, entre outras coisas, dava competências aos juízes de paz eleitos, o que favorecia em demasia aos poderes locais. Ressurgia o controverso Poder Moderador, junto do Conselho de Estado. Com tal mecanismo constitucional, o imperador tinha a faculdade de nomear ou dissolver o Gabinete Ministerial, órgão máximo do executivo, a quem competia indicar presidentes de província, funcionários públicos (juízes, delegados, bispos, entre outros), oficiais da Guarda Nacional, promover promoções militares, etc.

A cada troca de Gabinete, o partido que ascendia solicitava ao imperador a dissolução do Congresso e a convocação de novas eleições, no intuito de eleger parlamentares favoráveis ao Governo. Ao longo do Segundo Reinado – que durou quase meio século – onze das dezessete legislaturas foram dissolvidas, a maioria devido às mudanças de partido no poder (CARVALHO, 2007, p. 405). Nessa conjuntura, a derrota eleitoral era algo inadmissível para os partidários que compunham o Governo, fossem conservadores ou liberais. Utilizavam, pois, da cooptação, do clientelismo, ou mesmo da força física junto às facções políticas locais, para obter os louros da vitória. Por essas questões, os presidentes de província tornaram-se agentes chaves nas eleições:

[...] sua principal função era gerar dividendos eleitorais a favor do Gabinete, e eles usavam do apadrinhamento como o principal instrumento de realização dessa tarefa. Com a mesma finalidade, para nomear partidários leais, o Gabinete dependia muito da informação política e da avaliação correta que recebia dos presidentes (GRAHAM, 1997, p. 86).

Os assistentes mais importantes de um presidente de província eram, respectivamente, os chefes de polícia, delegados e subdelegados. A alçada destes dois últimos – geralmente, abastados chefes locais indicados pelo Gabinete – cresceu a partir de 1842: podiam “prender suspeitos, emitir ordens de busca, ouvir testemunhas e redigir o processo contra acusados – a única base para o julgamento – assim como julgar alguns casos menores” (GRAHAM, 1997, p. 79).

Além disso, partia deles a nomeação de inspetores de quarteirão, o recrutamento compulsório para o Exército e Guarda Nacional, e, não menos importante, a supervisão da votação nas mesas eleitorais e a manutenção da *ordem* em tais situações, o que ajuda, desse modo, a entender aspectos da alcunhada *carnificina eleitoral* na Matriz do Crato.

A idéia da manutenção da *ordem* era central nas eleições imperiais, pois servia como justificava para a ação repressora das autoridades. Se uma das funções dos delegados era justamente garantir a *ordem* nos locais de votação, qualquer atitude mais ousada por parte do

outro partido poderia ser interpretada como *desordem*, permitindo assim o uso da força na repressão aos opositores (GRAHAM, 1997, p. 111).

Os embates entre liberais e conservadores no Crato, a morte de um eleitor que fazia oposição ao governo, o envolvimento de soldados e do delegado da cidade no homicídio, a aparente displicência do chefe de polícia do Ceará na realização do inquérito, o indulto da Justiça aos responsáveis pelo crime e o pouco interesse demonstrado pela presidência da província, são, portanto, vestígios dessa cultura política que, norteadas por “impulsos contraditórios”, segundo Graham, promovia pleitos eleitorais que deviam ser *ordeiros* e *livres*, não obstante a obrigatoriedade da vitória do partido do Governo (1997, p. 107).

Ao tratar dos conflitos eleitorais de 1856, a presidência do Ceará utilizou justamente do discurso da ordem, apesar de frisar a existência de liberdade do pleito eleitoral. Segundo relatório do presidente Francisco Xavier Paes Barreto:

Por ocasião de proceder-se á eleição de vereadores e juizes de paz em setembro do anno passado, e posteriormente á de eleitores, derão-se algumas *desordens* em diversos pontos da provincia. Dessas desordens as mais graves forão as que infelizmente tiverão lugar nas freguezias do Crato, Sobral, Santa Anna, e Imperatriz, aonde a *exaltação dos partidos*, e o desejo de obterem a todo custo um triumpho, que só honra quando é alcançado pelos *meios regulares*, os levarão a commeter os mais *deploraveis e criminozos excessos*.<sup>10</sup>

Mais na frente do relatório, o presidente afirmava que apesar de lamentar “profundamente os desastrosos successos, que ensangüentarão a eleição de algumas freguesias da provincia, resta-me a consolação de haver feito tudo quanto estive em meo poder para que o pleito eleitoral corresse em *paz*, e com toda a *liberdade*” [grifos meus]. Elogiava ainda a ação de Herculano Antônio Pereira da Cunha, o chefe de polícia, pela “maneira satisfatória porque desempenhou elle a sua commissão” de inquérito. Portanto, segundo o discurso do Governo, as eleições de 1856 foram *livres*, as *desordens* foram resolvidas e a *justiça* foi feita.

#### IV – Considerações finais

Ao longo desse artigo, tentei discuti a vivência política de um grupo de atores sociais – composto, basicamente, por negociantes e profissionais liberais de Crato nos anos 1850 – que se vinculavam ao Partido Liberal. Apontei para como sua cultura política estava enraizada no imaginário de um passado – em que o liberalismo era representado como sinônimo de

<sup>10</sup> Relatório com que o Excellentissimo Senhor Doutor Francisco Xavier Paes Barreto..., p. 3. Grifos meus.

patriotismo, heroísmo e civilidade – e para seu principal projeto político: a descentralização administrativa do Ceará, com a instituição de uma nova província, com capital no Crato, estruturando um aparato institucional que garantisse a ordem e a justiça na região – apontada como recanto de assassinos a mercê das vontades dos mandatários locais.

Em uma segunda parte, apresentei a partir da narrativa de um episódio de 1856 como se davam naquelas paragens os conflitos entre liberais e conservadores em época de eleição, tentando mostrar a vinculação de tais disputas com um contexto político mais amplo, marcado por um sistema repleto de contradições, no qual as eleições tinham que ser ganhas a qualquer custo, utilizando para isso a cooptação ou a força de repressão.

Ressalto, igualmente, que tanto conservadores quanto liberais usufruíam desses instrumentos, mesmo os liberais do Crato, não obstante toda a revolta que demonstraram em seus discursos sobre o assassinato de José Gonçalves Landim. Segundo Otonite Cortez:

[...] as práticas liberais dos cratenses pautaram-se sempre num liberalismo conservador, haja visto o engajamento de um número reduzido de intelectuais na campanha abolicionista e republicana, assim como a manutenção de práticas político-eleitorais conservadoras, voltadas para a manutenção de hierarquias sociais privilegiadoras dos estratos superiores da sociedade. Exemplo disso é o perfil da Câmara Municipal, historicamente composta de proprietários de terra e de engenho, membros dos altos escalões da Guarda Nacional, ricos comerciantes e profissionais liberais destacados pelo *status* inerente à profissão (CORTEZ, 2000, p. 26).

Malgrado alguns elementos aparentemente positivos nos discursos dos liberais cratenses, uma autorrepresentação positiva que deve ser problematizada, na prática, sua atuação política entre meados do XIX e o XX, não se diferenciou da dos conservadores que diziam combater. Os mesmos desmandos e vícios foram sendo repetidos e seu *liberalismo* se revelou profundamente *conservador*.

## V - Referências Bibliográficas

- BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Edição fac-similar (1864). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem / Teatro de Sombras**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889-1960). Dissertação (Mestrado em História Social - UFRJ): Rio de Janeiro, 2000.
- DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FIGUEIREDO FILHO, J. de. **História do Cariri**. Vol. 3. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1966.
- \_\_\_\_\_. **História do Cariri**. Vol. 4. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1968.
- \_\_\_\_\_. et PINHEIRO, Irineu. **A cidade do Crato**. Min. da Educação e Cultura, 1953.
- GOMES, Ângela de Castro Gomes. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In. SOHIET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda et GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.
- \_\_\_\_\_. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In. ABREU, Marta, SOHIET, Rachel et GONTIJO, Rebeca. **Cultura política e leitura do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p. 43-63.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- KUSCHNIR, Karina et CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol 13, nº 24, 1999, p. 227-250.
- PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**. Edição do autor: Fortaleza, 1950.
- BRÍGIDO, J. **Apontamentos para a história do Cariri**. Typ. da Gazeta do Norte, 1888.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- STUDART, Dr. Barão de. **Datas e Factos para a História do Ceará**. Edição fac-similar (1896). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.